25 FEV 1997

Tiro ao alvo

O GLOBO

• O senador Bernardo Cabral não quer que a CPI se afunde em papéis. Toneladas de papéis que documentem todos as irregularidades cometidas pelos governos estaduais e municipais. Quer restringir a ação da CPI dos precatórios na busca dos crimes na emissão e manipulação com títulos que deveriam pagar dívidas. Isto já é dever de casa suficiente. Se abrir demais o leque, a comissão pode se perder, como outras se perderam.

— Não podemos desviar o nosso foco de ação— diz o senador.

O problema é que é difícil deixar de lado as pistas que vão surgindo de novas irregularidades nas debêntures, nas AROs, na participação dos fundos de pensão. Como centralizar o foco, se o alvo se expande continuamente com novas conexões?

Esse é um dos dilemas que a CPI terá que resolver agora. Outro é o risco de ir atrás do fruto do roubo e não investigar o crime em si.

— As investigações de crimes financeiros acabam num beco sem saída exatamente quando tentam ir atrás do dinheiro e abandonam a apuração do crime e dos criminosos — diz um diretor do Banco Central.

Esse risco a CPI quer correr. Quer ir atrás do dinheiro porque acha que vai achar o criminoso. O problema é que o esquemas de lavagem são às vezes muito sofisticados e mesmo ameaçando doleiros, ou prometendo-lhes impunidade, o risco de uma investiga-

ção se perder é grande.

— O que é preciso saber é como um secretário de Finanças permitia uma operação que lesava o erário estadual ou municipal — acha o diretor do Banco Central.

Mas esta CPI já fez um grande favor ao país, e ao aperfeiçoamento das contas públicas. Mostrou que todo o esforço de corte de gastos públicos estaduais pode ter sido uma gota d'água perto do descalabro que alguns administradores.

Afinal, quando são emitidos títulos para pagar dívidas que não existem. Quando os papéis são vendidos em operações que lesam os cofres público. Quando são permitidas operações de AROs (antecipações de receitas orçamentárias), com juros estratosféricos. Quando as estatais estaduais emitem debêntures para financiar o Governo ou a Prefeitura ou quando os fundos de pensão têm prejuízo em operações fraudulentas, é o déficit público que aumenta.

O combate à corrupção hoje é a mais importante arma para se buscar a austeridade.

• O presidente Fernando Henrique deu ordens para que o Banco Central, a Receita Federal e a Polícia Federal prestem à CPI dos Precatórios todas as informações que tiverem sobre o assunto.